

Portugal e a guerra contra os holandeses

Diplomacia, economia e estratégias

Marcello Loureiro¹

RESUMO

Na complexa conjuntura da década de 1640, D. João IV enfrentou diversos desafios para se manter no trono. No ultramar, os holandeses conquistaram possessões lusas no Oriente, na América e na África. Nesse contexto crítico, muitas idéias foram discutidas, a fim de se delinear uma gestão para o Atlântico sul. A conjuntura crítica sofreu uma inversão com a reconquista de Angola, em 1648, operada conforme as iniciativas de Salvador Correia de Sá e Benevides. Assim, procura-se neste artigo apresentar o contexto crítico do fim da União Ibérica em Portugal e criar nexos entre a reconquista de Angola de 1648 e o fim do domínio holandês no nordeste brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Restauração portuguesa. Invasões holandesas. Salvador Correia de Sá e Benevides.

Introdução

Durante a União Ibérica, América portuguesa, Angola e Buenos Aires faziam parte de uma lógica mercantil, cujo eixo era o próprio tráfico negreiro. Se o principal artigo atlântico para venda em Buenos Aires eram os escravos de Angola, a prata remetida por esse porto liquidava parcela do pagamento referente às mercadorias adquiridas no Oriente, a exemplo de tecidos.² Tais itens, por sua vez, eram empregados na aquisição de

mais negros em Angola, iniciando-se desta feita novamente a engrenagem mercantil atlântica. Dessa maneira, o Prata se vinculava ao tráfico negreiro duplamente: como área receptora de cativos, por um lado; e como fonte de recursos para, indiretamente, viabilizar a aquisição de mão de obra em Angola.

A frágil estabilidade das relações comerciais entre Buenos Aires e as praças atlânticas do Império português, todavia, foi fundamentalmente atingida após a Restauração dos Bragança de 1640.³

¹ Tenente QT da Marinha, bacharel e licenciado em História pela UERJ; está cursando a Especialização em História Militar Brasileira pela UNIRIO/IGHMB e é Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

² SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O Império Asiático Português, 1500-1700. Uma História Política e Econômica*. Lisboa: Difel, 1995.

³ GODINHO, Vitorino Magalhães. "Restauração" in SERRÃO, Joel. *Dicionário de História de Portugal*. Vol. VI. Porto: Figueirinhas, 1992, p. 307-326.

Conforme explica Rafael Valladares, a situação lusa não era nada simples.⁴

Na Europa, por exemplo, a diplomacia portuguesa precisava estabelecer articulações que trouxessem alguma garantia de continuidade para a nova dinastia. Havia necessidade de pôr fim às guerras com Castela, de buscar reconhecimento internacional para a nova dinastia e de assegurar a delimitação das fronteiras do Reino. Para suplantar todos esses óbices, era necessário constituir alianças no velho mundo, de modo que os Bragança fossem capazes de ingressar em um dos lados da instável e complexa balança de poder que se configurava no teatro internacional.

Arranjos e rearranjos caracterizaram as frágeis alianças européias, de acordo com instáveis conjunturas. No início da década de 1640, por exemplo, D. João IV deveria estabelecer avenças com os franceses antes que Filipe IV e Mazarino se entendessem; caso contrário, Portugal seria destroçado, na península, pela Espanha e, sem o apoio francês, no seu Império ultramarino, pela Holanda, ou melhor, pela Companhia das Índias Ocidentais. Castela também tentou uma aproximação com os Estados Gerais, nos encontros diplomáticos ocorridos em Münster e Osnabrück, de 1643. Excluído Portugal dessas negociações, seu vizinho na península prometia reconhecer como legítimas as ocupações holandesas em Luanda, Pernambuco, Ceilão e Insulíndia, enquanto

a contrapartida holandesa seria a preservação do Império espanhol.⁵

Assim, as dificuldades diplomáticas lusas para obter ajuda contra o seu vizinho na península eram imensas. Não dispunham do apoio nem do Vaticano, porque este estava contundentemente pressionado por Filipe IV. O desafio para a diplomacia lusa era incluir Portugal na mesa de negociações que acabou se consolidando em Vestfália. Para tanto, jogava com os interesses das políticas externas inglesa, francesa e até flamenga.⁶

Não poderia, no entanto, esperar engajamento significativo de Londres, que experimentava uma guerra civil contra Charles I. Similarmente, a possibilidade de aliança com os franceses praticamente se esvaiu após a sua vitória na batalha de Rocroi (1643) contra os espanhóis; após esse conflito, eles perceberam que não precisavam de contingentes portugueses para fazer frente às forças de Filipe IV. Por outro lado, a insurreição pernambucana que tivera início em 1645 agravava a já sensível relação entre Portugal e a República das Províncias Unidas dos Países Baixos.⁷

Sensível, porque, se por um lado, Portugal precisou por vezes do apoio flamengo contra a Espanha na Europa, por outro, dependia da reconquista de seus territórios ultramarinos sob domínio batavo para existir. Não poderia provocar um ataque aberto à Holanda, uma vez que a Coroa tinha ciência de que não teria a menor condição

⁴ VALLADARES, Rafael. "Sobre reyes de invierno. El diciembre portugués y los cuarenta fidalgos (o algunos menos, con outros más)", in *Revista d'Historia Moderna*. Barcelona: Universitat de Barcelona, no 15, 1995, p. 103-136; do mesmo autor: "Portugal y el fin de la hegemonia hispanica", in *Hispania: Revista Española de Historia*. Madri: LVI, núm. 193, 1996, p. 517-539; e ainda: "De ignorancia y lealdad. Portugueses em Madrid, 1640-1670", in *Torres de los Lujanes*, Revista n 37, 1998, p. 122-134.

⁵ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Videntes – Formação do Brasil no Atlântico Sul – Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 229-230.

⁶ MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 31.

⁷ No século XVII, já era comum designar a República das Províncias Unidas dos Países Baixos por Holanda, a mais importante das sete províncias que formavam aquela confederação. MELLO, op. cit., p. 19.

econômica e militar de se envolver em um conflito dessa dimensão.⁸ Os Estados Gerais das Províncias Unidas também não poderiam agir francamente contra Portugal, pois tinham interesse em preservar o comércio do sal com o Setúbal, fundamental para a sua indústria do arenque.⁹

Com efeito, não era interessante para a Espanha o desenvolvimento de uma guerra permanente contra Portugal, visto que já estava comprometida diplomática, econômica e militarmente na guerra contra a aliança franco-holandesa que se desenrolava na região de Flandres, na península itálica e na Catalunha. A conjuntura, também muito delicada para a Espanha, fez com que Elliott afirmasse que, por essa época, “parecia de fato que o conjunto da monarquia espanhola estava à beira da desintegração”¹⁰. Apesar de a monarquia compósita ter-se expandido de modo singular,

suas linhas de comunicação eram tão frágeis, seus recursos limitados sofriam tão intensa pressão da parte de uma guerra que se travava simultaneamente em várias frentes, que havia motivo para temer que uma parte após outra se rompesse.¹¹

Para os Estados Gerais das Províncias Unidas, em guerra com a Espanha desde 1580, o melhor a ser feito era reconhecer a legitimidade dos Bragança no trono, o que enfraqueceria sua vizinha ibérica no cenário internacional. Mas obviamente que as Companhias das Índias Ocidentais

e Orientais pressionavam no sentido oposto aqueles Estados, pois intencionavam manter sua ocupação nas colônias portuguesas do além-mar.¹²

Esse impasse interno que existia dentro das Províncias Unidas facilitou aos embaixadores portugueses a obtenção de uma trégua por dez anos, que após avanços e recuos, foi finalmente assinada em 1641.

Às questões diplomáticas, fundamentais ao reconhecimento da dinastia de Bragança, somavam-se inúmeros outros problemas. Tanto no ultramar como no Reino, o primeiro estava vinculado à legitimação da nova dinastia no poder. O que poderia garantir ao novo rei que os seus domínios não se manteriam fiéis a Filipe IV?

Em todo o Império, os Bragança precisavam de legitimidade política, pelo que deveriam ativar teias de reciprocidade clientelar, com o propósito de (re)significar noções de pertencimento, além de vincular antigas e novas relações sinalagmáticas, conforme uma dimensão contratual presente na cultura política do Antigo Regime português.¹³ Em outras palavras, havia necessidade de se redefinir o pacto político entre o rei e seus vassallos, de modo a neutralizar a lealdade que tinham anteriormente ao monarca espanhol.

O sentimento de vinculação à Coroa era o instrumento primordial que permitia a integração dos distintos grupos que formavam as sociedades de uma monarquia pluricontinental. Por isso, na

⁸ Para que se tenha uma noção da defasagem entre o poder naval português e holandês, vale registrar que enquanto os países baixos detinham 14.000 navios e 200.000 marinheiros, Portugal possuía 13 navios e 4.000 marinheiros. Esta defasagem militar era o argumento central do “Papel-Forte”, consulta que o Padre Vieira escreveu com o propósito de assessorar o rei: se Portugal não podia fazer frente aos castelhanos, como poderia somar ao seu problema os holandeses? MELLO, Evaldo Cabral de. *O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1978, p. 138.

⁹ *Ibidem*, p. 24 e BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a Luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686*. Tradução de Olivério M. de Oliveira Pinto. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973, p. 285.

¹⁰ Cf. ELLIOTT, p. 330.

¹¹ Cf. *Idem*.

¹² BOXER, *op. cit.*, 181.

¹³ VALLADARES, Rafael. *Portugal y La Monarquía Hispánica*. Madri: Arco Libros, 2000. BICALHO, Maria Fernanda Baptista. “Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime”, in *Almanack Brasiliense* nº 02, 2005, p. 30-34.

América portuguesa, por exemplo, diversas festas (barrocas), eram celebradas com a finalidade de exaltar e construir a imagem do novo monarca.¹⁴

Do ponto de vista administrativo, foi criado por decreto o Conselho Ultramarino, em 1642. O órgão representava um esforço gerencial no sentido de se uniformizar a administração do Império, que afinal estivera durante sessenta anos sob comando espanhol. Em resumo, sua função era fiscalizar, examinar, vigiar e, enfim, produzir subsídios para as decisões dos dinastas de Bragança.¹⁵

Um dos problemas a ser superado pela Coroa na América era a existência do quilombo de Palmares.¹⁶ Acredita-se que o quilombo somente foi destruído, após várias tentativas, em 1694, tendo sido um imenso problema para a administração lusa na colônia. Os custos gerados pela fuga de negros da produção açucareira, bem como pelas ações militares demandadas, são incalculáveis.

Problema mais ponderável era referente à perda de Angola, consumada em agosto de 1641, quando os holandeses dominaram a praça africana de São Paulo de Luanda, sua capital. Desde meados da década de 1630, os batavos enfrentavam o desafio de reinserir a produção açucareira de Pernambuco nas dinâmicas do Atlântico. Ocupar o Nordeste não era sinônimo de explorar a sua produção: havia a necessidade de promover um tráfico regular de escravos africanos.¹⁷

A partir de então, destituídos do espaço que permitia a oferta de negros à América, os

fluxos que compunham os circuitos mercantis do Atlântico sul português estiveram seriamente ameaçados. A tomada de Luanda foi seguida pela de Benguela e de São Tomé, importante pela sua produção açucareira. Os holandeses ainda instigavam as populações nativas a se rebelarem contra os portugueses que organizaram uma frágil resistência no interior.

A conquista de Angola pelos flamengos eliminou aos produtores do Rio de Janeiro a possibilidade de exportação de farinha de mandioca ao seu maior mercado consumidor. O preço da farinha despencou rapidamente, e os prejuízos auferidos somente não foram mais graves devido ao seu direcionamento às tropas luso-brasileiras que lutavam no Nordeste e às que foram mandadas a Angola para a reconquista.

O comércio português no Rio da Prata, por seu turno, desintegrava-se na década de 1640. Sem dispor de escravos para comercializar, os agenciadores desse trato não dispunham de seu mais lucrativo item. Com isso, toda a área que dependia economicamente de Buenos Aires ficava menos irrigada pelo metal branco, havendo, pois, impasse na circulação monetária na Bacia do Prata. A carência de escravos também era problema sério para a produção de metal nas minas potosinas.¹⁸ Perceba-se, pois, como Angola, ponto de maior oferta de escravos africanos, tinha importância fundamental nas dinâmicas da economia do Império português.

¹⁴ Acerca das festas da restauração na América, ler o capítulo 7, Entre Festas e Motins, da tese de MONTEIRO, Rodrigo Bentes. *O Rei no Espelho. A Monarquia Portuguesa e a Colonização da América*. São Paulo: Hucitec, 2002, p. 279-327.

¹⁵ Em relação ao Conselho Ultramarino, ver MYRUP, Erik Lars. *To Rule from afar: the overseas council and the making of the brazilian west, 1642-1807*. Tese de Doutorado apresentada na Universidade de Yale, 2006 e BARROS, Edval. *Negócios de tanta importância*. Tese de doutoramento apresentada no PPGHIS/UFRJ. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

¹⁶ ALENCASTRO, op. cit., p. 238-242; CARNEIRO, Edson. *O Quilombo de Palmares*. São Paulo: Editora Nacional, 1958, passim; e FREITAS, Décio. *Palmares: A Guerra dos Escravos*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982, passim.

¹⁷ PUNTONI, Pedro. *A Miserable Sorte. Escravidão Africana no Brasil Holandês e as Guerras do Tráfico no Atlântico Sul, 1621-1648*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 131

¹⁸ Informação de Maserati ao Rei de Espanha (janeiro de 1680). *Arquivo Geral de Simancas*: Estado, legajo 7058, doc 14. Apud ALMEIDA, Luís Ferrand. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: FLUC, 1957, p. 91.

A Reconquista de Angola pelos luso-fluminenses em 1648

A alteração deste quadro crítico ocorreu em função dos sucessos que Salvador Correia de Sá e Benevides obteve na Reconquista de Angola de 1648. Em outubro de 1644, definiu-se que Salvador de Sá, experiente nos assuntos do ultramar, seria nomeado general da frota que reconquistaria Angola aos lusos.¹⁹ Devido aos efeitos que a reconquista poderia ter nas mesas diplomáticas, divulgava-se na Europa, contudo, que o propósito da expedição de Salvador era apoiar os portugueses que estavam sendo espremidos pelos africanos jagas no interior de Angola.

Só Salvador de Sá e sua gente tinham homens, mantimentos, armas, munição, pólvora e navios para levar a cabo a força-tarefa mercantil. Vivia, entretanto, um verdadeiro impasse, pois não poderia desguarnecer significativamente as tropas do Rio de Janeiro, sob pena de um ataque holandês. Entretanto, sabia que não poderia confiar nos soldados que trouxera de Lisboa, já que, de acordo com a sua própria opinião, constituíam a pior escória dos presídios daquela cidade. Conseguiu 60.000 cruzados de negociantes de grosso trato e de latifundiários do Rio de Janeiro, como Cristóvão Vaz e Mathias de Albuquerque Maranhão. Parcela de financiamento necessário foi doada por ele mesmo e por sua família.²⁰ Salvador sequestrou ainda os bens no Rio de Janeiro do banqueiro cristão-novo Duarte da Silva, antes de ser preso em Lisboa pela inquisição. Quanto aos mantimentos, parcela ponderável era proveniente de São Paulo.²¹

A expedição transatlântica, cujo patrono seria S. Miguel Arcanjo, segundo os cronistas jesuítas

Simão de Vasconcellos e Antônio do Couto, partiu do Rio a 12 de maio de 1648, levando dois meses para chegar a Angola. Apesar das divergências das fontes, é provável que a expedição estivesse composta aproximadamente por mil e quatrocentos soldados e quinze navios. Vale lembrar que, entre os navios, havia cinco galeões cedidos por Lisboa e cerca de três ou quatro que eram ingleses.²²

Quicombo, ao norte de Benguela, seria o ponto de encontro, caso houvesse dispersão da frota enquanto cruzasse o Atlântico. Devido ao mau tempo, dois navios, chamados de Gamela e Canoa, retornaram ao Rio de Janeiro, após três ou quatro dias do suspender.

O plano, arquitetado previamente em São Sebastião, era que a expedição escoltasse a frota do açúcar até a longitude da ilha de Ascensão, o que ocorreu sem problemas, atracando aquela frota no dia 14 de agosto em Lisboa.

Antes de adentrar a baía de Luanda, Salvador de Sá pretendia atacar Benguela, mas acabou ultrapassando este ponto durante a noite, sem avistá-lo. Fundeou em 27 de julho, em Quicombo. A idéia inicial era fundar aí um forte; mas o padre Couto informa que Salvador somente parou ali para se abastecer de água e lenha. Nessa ocasião, um maremoto fê-lo perder um navio com duzentos soldados e outros tantos que estavam em terra e acabaram sendo mortos por canibais.

O fator surpresa não era vantagem para a expedição luso-fluminense, já que os holandeses estavam plenamente cientes de sua existência. Além de frequentemente interceptarem cartas que circulavam entre Portugal e suas praças na costa brasileira, obtiveram informações privilegiadas junto a prisioneiros lusos. Prova disso foi o envio do navio

¹⁹ BOXER. op. cit., p. 189.

²⁰ Ibidem, p. 233 e p. 267.

²¹ SALVADOR, José Gonçalves. Os Cristãos-novos e o Comércio no Atlântico Meridional. São Paulo: Pioneira, 1978, p. 342.

²² BOXER. op. cit., p. 269.

Noort Holland a Angola, em fevereiro, remetendo suprimentos e um reforço de 135 soldados.²³

Ciente da expedição, o almirante holandês De With solicitou ao Conselho da Companhia das Índias Ocidentais que o enviasse para reforçar Angola com cinco ou seis de seus navios. Não recebeu a autorização, porém, uma vez que havia receio de os portugueses se aproveitarem dessa oportunidade para atacar Pernambuco.²⁴

A esquadra de Salvador avistou Luanda em 12 de agosto. E somente não foi aniquilada em um primeiro momento porque os contingentes holandeses estavam dispersos pela região adjacente ao porto daquela cidade. Mas, nos dias que se seguiram, sua expedição sofreu cerca de duzentas baixas e se encontrava em difícil situação.

Inesperadamente, os holandeses propuseram uma negociação. Ficou acordado que eles deixariam com honras militares toda a colônia em até cinco dias. Seus escravos, da Companhia ou particulares, poderiam seguir viagem ou, caso preferissem, seriam vendidos. Os soldados católicos, na sua maioria franceses e alemães que lutavam pela Cia., poderiam permanecer, se assim desejassem, com a exigência de incorporarem às fileiras portuguesas.²⁵

Após saber da perda de Angola, a Companhia das Índias Ocidentais acusava D. João IV de não respeitar a trégua dos dez anos. O fato é que os holandeses também não o fizeram, uma vez que se apropriaram de São Tomé e de Luanda após a sua assinatura.²⁶

Devido à Cia. das Índias Ocidentais ser predominantemente formada por capital privado, as

possibilidades de os holandeses desrespeitarem essa trégua eram mais facilmente explicadas. Ao serem questionados pelos embaixadores portugueses, os Estados Gerais usavam esse argumento a seu favor, alegando que não podiam ser responsabilizados pelas ações da Companhia. A Cia., por sua vez, alegava que estava subordinada aos Estados Gerais. O Estado português também não tinha atitude muito distinta, pois responsabilizava inteiramente os seus colonos pelas investidas contra os holandeses.²⁷

Para dar veracidade a isto, Salvador escreveu um relatório “fantasioso”, para usar a qualificação de Alencastro, explicando que o ataque aos holandeses foi um mal-entendido. Os agentes secretos portugueses espalharam na Europa que D. João IV teria, como punição, apropriado seus bens e o ameaçava até de enforcamento.²⁸

Com a perda de Angola, muitos dos investidores retiraram seu capital da Companhia.²⁹ Além disso, o “*Stadhouder*” Guilherme II insistia para que os Estados Gerais negociassem tão logo com o embaixador português Francisco de Souza Coutinho. O sucesso da retomada de Angola também fez com que os chamados “diplomatas”, membros da corte lisboeta que defendiam negociações com as Províncias Unidas, passassem para o lado daqueles que eram chamados “*belicistas*”, defensores da guerra aberta.³⁰

O fato é que a Reconquista possibilitou novamente aos portugueses a obtenção de mão de obra para a agricultura na América portuguesa. Ao contrário, aos holandeses, os sucessos de Salvador Correia significavam perda de lucratividade ponderável, já que não disporiam mais de negros para a empresa da cana-de-açúcar no Nordeste. Os

²³ BOXER, op. cit., p. 272.

²⁴ Ibidem, p. 273.

²⁵ Ibidem, p. 280-281.

²⁶ MELLO, op. cit., p. 53.

²⁷ ALENCASTRO, op. cit., p. 220-221.

²⁸ Ibidem, p. 227; MELLO, op. cit., p. 124.

²⁹ ALENCASTRO, op. cit., p. 227.

³⁰ Ibidem, p. 231.

batavos precisavam avaliar, a partir de então, a viabilidade de se manterem nas guerras da insurreição pernambucana, já que não teriam mais mão de obra para a lavoura. Em outras palavras, a reconquista de Angola tem vinculação direta com os interesses econômicos dos holandeses no nordeste brasileiro.

Devido ao mérito da retomada de Angola, que foi sugerida, organizada e dirigida por Salvador de Sá, ele recebeu, a um só tempo, a dupla governança do Rio e de Angola, controlando, portanto, ambos os lados do tráfico negreiro.³¹

As celeumas entre portugueses e holandeses não estavam, todavia, solucionadas em 1648. No plano militar, a insurreição pernambucana se desenrolaria por mais sete anos, enquanto no diplomático, até 1661, com a assinatura do tratado em Haia, mediante as concessões feitas aos holandeses. O tratado se viabilizou ainda devido às pressões inglesas, que custaram a Portugal concessões comerciais, efetivadas em 1654 e 1661, e o casamento de D. Catarina de Bragança, irmã de D. Afonso VI, com Carlos II, rei da Inglaterra.

Considerações finais

Após a Restauração portuguesa de 1640, que marcou o fim da União Ibérica, a situação

portuguesa demonstrou-se extremamente desfavorável para os lusos. A guerra contra castelhanos e holandeses, a carência monetária e as dificuldades de reconhecimento internacional faziam com que a conservação da Coroa estivesse seriamente ameaçada.

No ultramar, o Império português se esfacelava em razão das ofensivas dos holandeses. Nesse contexto, a capacidade de Salvador Correia de Sá e Benevides foi de importância fundamental, na medida em que dele dependeu toda a organização da força naval que reconquistou Angola aos portugueses em 1648. Angola era área extremamente estratégica, porque dela partia a organização dos circuitos mercantis do Atlântico sul. Sem os escravos de Angola, o valor do domínio da América portuguesa mostrava-se muito reduzido. Assim, a investida de Salvador de Sá foi concentrada em ponto vital e por isso se promoveu um verdadeiro ponto de inflexão nas guerras contra os flamengos.

As derrotas dos holandeses nas guerras da insurreição pernambucana seriam o próximo passo para as negociações que se consolidaram em Haia, em 1661. Contudo, sem as prévias ações militares, tanto em Angola, como no Nordeste, a diplomacia não teria obtido sucesso. ☹

³¹ *Ibidem*, p. 232.



Editorial 2011

Coleção General Benício

COMBATE DE PAZ

Luciano Rodrigues Moreira

Obra muito interessante, por registrar de maneira informal a rotina do autor no comando de um pelotão integrante do contingente brasileiro de Forças de Paz da ONU, no Haiti. Trata-se de uma leitura digna de atenção, particularmente para o público jovem, graduados e tenentes.